

RDM  
III

# 3 PODERES

Mato Grosso



**AMÁLIA BARROS**

## FORTE PRESENÇA FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL

Resiliência, garra e delicadeza. Três palavras que poderiam resumir a deputada federal que está fazendo a diferença na Câmara dos Deputados, representando muito bem Mato Grosso



**DISCRIMINAÇÃO**

Indígenas e negros podem ficar de fora do Conselho Estadual de Educação



# O IPVA 2023 MUDOU O CALENDÁRIO



**GANHE  
DESCONTO  
COM A NOTA MT**



**Vencimento em 31 de maio  
para todos os veículos**



**Até 22 de maio  
pagamento à vista  
com 15 % de desconto**



**Informações sobre  
o parcelamento  
confira no site:  
SEFAZ.MT.GOV.BR**



**Quem pede CPF na nota  
consegue ainda mais  
descontos.**



Confira as  
condições  
no site  
da SEFAZ  
e escolha  
como pagar



**Governo de  
Mato  
Grosso**

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Romper  
a barreira  
da violência  
não é fácil,  
**MAS A  
ASSEMBLEIA  
ESTÁ DO  
SEU LADO.**



**A LEI 11.852/2022**

**Que garante o direito  
a acompanhante em  
exames e consultas é  
uma delas.**

**Saiba mais em:**

**WWW.AL.MT.GOV.BR**



**APROVAMOS DIVERSAS LEIS  
NOS ÚLTIMOS ANOS EM DEFESA  
DAS MULHERES**



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

## Um mandato digno e uma rodovia a zelar

**E**sta edição traz uma entrevista com a deputada federal Amália Barros, do PL de Mato Grosso. Colega jornalista, a parlamentar tem sido uma grata surpresa no Congresso Nacional, abraçando pautas que vão desde o social, políticas públicas e segurança pública, até economia e temas políticos sensíveis, como o pedido de impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ela de pronto assinou.

Há um tema sensível quando se fala de infraestrutura e logística de transporte em Mato Grosso, estado que necessita de suas estradas em boas condições de trafegabilidade. A rodovia federal BR 163 é o que se convencionou chamar de um dos “gargalos” quando o assunto é escoamento da produção agrícola, mortes nas estradas e segurança e conforto para o cidadão.

Numa iniciativa ousada, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes empreende esforços para estadualizar a BR 163, com a aquisição da concessionária Rota Oeste, que tem deixado a desejar em suas tarefas, em especial o compromisso de duplicar a rodovia. Esta ação, que está a um passo de acontecer, é outro tema desta edição da sua revista 3 Poderes Mato Grosso.

Boa leitura.

João Pedro Marques, Diretor de Redação



DIRETOR DE REDAÇÃO  
**JOÃO PEDRO MARQUES**

EDITOR GERAL  
**JOÃO NEGRÃO**

EDITOR DE ARTE  
**MARCO ANTONIO RAIMUNDO**

REVISÃO  
**AFRODITIA MARTIM**

TEXTOS  
**BIBIANA ALCÂNTAR GARRIDO, CASSIO GUSSON, EMANUELLE CAROLINE, GABRIEL DUENHAS, GRACIELLE LEITE, JOÃO PEDRO MARQUES, LIGIANE SILVEIRA, MARCUS D'ELIA, OSMANI PONTES, RENATA NEVES, TÚLIO PANIAGO E ASSESSORIAS**

FOTOGRAFIA  
**ADRIANO GAMBARINI, JOÃO FELIPE, MARCOS VEERGUEIRO, SEVERIÁ IDIORÉ, ASSESSORIA DA AMM, SECOM-MT, AGÊNCIAS**

REDAÇÃO:  
 (65) 3623-1170 / 3622-2310  
[redação@revistardm.com.br](mailto:redação@revistardm.com.br)

## SUMÁRIO

[www.3poderesmatogrosso.com.br](http://www.3poderesmatogrosso.com.br)

MARÇO DE 2023 | EDIÇÃO 74

14 | **CAPA** | **AMÁLIA BARROS**

**Forte presença feminina no Congresso Nacional**

Resiliência, garra e delicadeza. Três palavras que poderiam resumir a deputada federal que está fazendo a diferença na Câmara dos Deputados, representando muito bem Mato Grosso



4 | **CARTA DO EDITOR**

5 | **OPINIÃO**

6 | **ECONOMIA**

8 | **EXECUTIVO EM AÇÃO**

10 | **PARLAMENTO EM MOVIMENTO**

12 | **DIREITO, JUSTIÇA & CIDADANIA**

22 | **ECONOMIA**

24 | **MEIO AMBIENTE**

26 | **LEGISLATIVO**

28 | **EDUCAÇÃO**

RDM 3 PODERES MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:  
**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
 (65) 3623-1170  
 (65) 99682-1470

[midia@revistardm.com.br](mailto:midia@revistardm.com.br)  
[comercial@revistardm.com.br](mailto:comercial@revistardm.com.br)

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
 (65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO  
**ADEMIR KUHNE GALITZKI**

IMPRESSÃO:



A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO





## Brasil, China, Rússia e Índia devem lançar moeda própria em agosto

**A** união dos países formados pelo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, deve apresentar em agosto uma proposta de emissão de uma moeda comum entre as nações, diminuir a dependência econômica do dólar americano.

O grupo argumenta que a dependência do dólar deixa os países a merce das políticas americanas e isso tem prejudicado relações comerciais entre as nações. Além disso, argumentam que o uso de CBDCs entre os participantes dos BRICS pode reduzir custos e aumentar a eficiência dos pagamentos crossborder.

Os BRICS têm ganhado cada vez mais espaço e influência na economia global. De acordo com a empresa de pesquisa macroeconômica Acorn Macro Consulting, o bloco BRICS atualmente responde por 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, ultrapassando as economias do G7, que representam 30,7%.

### DÓLAR PERDENDO FORÇA

Este crescimento constante é atribuído ao avanço da economia chinesa, que superou o PIB dos Estados Unidos segundo a paridade do poder de compra (PPP) em 2014. A previsão é que a diferença entre os dois grupos só aumente nos próximos anos, tendo em vista que cada vez mais países estão interessados em se unir ao BRICS.

Além disso, economias importantes como Arábia Saudita, Egito e Bangladesh já adquiriram participação no Novo Banco de Desenvolvimento, financiador do BRICS, e outros países como Irã, Argélia, Argentina e Turquia também têm expressado interesse em se juntar ao grupo.

A proposta de emissão de uma moeda própria entre os membros dos BRICS remonta a julho de 2022, quando o tema ganhou corpo pela primeira vez e foi bem recebido pelas nações integrantes do bloco.

Recentemente, o presidente Xi da China e o presidente Putin da Rússia decidiram promover o yuan chinês como moeda de liquidação entre a Rússia e as economias emergentes da América Latina, Ásia e África.

O Brasil seguiu um exemplo parecido e fechou nesta semana um acordo comercial com a China que prevê que os pagamentos entre as nações sejam realizados com Real e Yuan, sem a necessidade do dólar. ■

**De acordo com a empresa de pesquisa macroeconômica Acorn Macro Consulting, o bloco BRICS atualmente responde por 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, ultrapassando as economias do G7, que representam 30,7%**

\*Cassio Gusson é jornalista e entusiasta de tecnologia, criptomoedas e dos meandros da alma humana. Tudo que é sólido desmancha no ar para que se construa janelas para o amanhã



# Substituição do diesel será gradual e com duas ondas distintas nos próximos 30 anos

A questão da segurança no suprimento energético deve ser analisada com soluções diferentes para cada horizonte de tempo, aplicadas de forma coordenada e sempre com a visão de criar resiliência no suprimento das fontes de energia

**Marcus D'Elia**

**C**om o objetivo de aumentar o grau de segurança no suprimento do diesel no longo prazo é necessário discutir as possibilidades de substituição energética deste combustível, ou seja, novatecnologias de motorização e de combustíveis para as aplicações atuais. Claramente a substituição da frota a diesel será gradual ao longo das próximas quatro décadas, mas em duas ondas com perfis distintos.

As projeções indicam que o máximo de consumo para diesel ocorrerá na década de 2040, no cenário apresentado em

2047, pois o crescimento do transporte de produtos e passageiros seguirá ocorrendo no país, assim como o uso em equipamentos agrícolas, responsáveis por cerca de 80% e 15% do consumo, respectivamente. Além disso, as formas de motorização neste período ainda utilizarão o diesel com intensidade, mesmo com a obrigação de compensar suas emissões de carbono. Após o ponto de máximo espera-se que a redução de consumo ainda seja gradual, em função da velocidade de entrada de novas tecnologias que buscarão emissão zero.

Portanto, a expectativa é que haja duas ondas distintas para substituição energética do diesel. Na primeira onda, até a década de 2040, a substituição energética do diesel terá como principal propósito a redução parcial das emissões de CO<sub>2</sub> associada a instrumentos de compensação de emissões no transporte. Em uma segunda onda, a introdução de novas motorizações com o objetivo de eliminar as emissões de CO<sub>2</sub> deverá prevalecer, impondo o uso de outras soluções tecnológicas que irão se consolidar ao longo da década de 2040 para introdução com



maior intensidade na década de 2050.

Neste caso, mesmo no longo prazo, a preocupação com a garantia do suprimento de diesel se renova. A formulação de políticas públicas que venham a garantir a substituição energética esperada nas duas ondas no período de 2025 – 2060 deverá ser o principal instrumento utilizado para solucionar a questão da demanda por diesel no longo prazo, reduzindo efetivamente seu consumo mesmo com o aumento da movimentação de produtos e

produção agrícola. A curva original apresentada na projeção indica um crescimento de 48% no período, caso se mantenham as condições de mercado e regulatórias atuais, valores que aumentariam substancialmente o risco de suprimento para o país.

#### **AÇÕES NECESSÁRIAS**

Considerando o cenário apresentado, as ações necessárias para iniciar a primeira onda de substituição energética por

### **Uma das ações necessárias para iniciar a primeira onda de substituição energética é o incentivo aos biocombustíveis**

tipo de aplicação, reduzindo o consumo de diesel A, seriam:

1- Incentivos ao desenvolvimento e maior participação de biocombustíveis (biodiesel e HVO) no transporte de cargas e passageiros;

2- Incentivo para a migração da frota de veículos de carga e passageiros em longa distância para motorizações híbridas;

3- Incentivo para migração da frota de caminhões leves em aplicação urbana para motorizações elétricas ou híbridas;

4- Incentivo para migração da frota de ônibus urbanos para motorizações elétricas ou híbridas.

5- Incentivo para migração da frota de equipamentos agrícolas para motorizações a biometano.

6- Definição de metas de descarbonização para o transporte rodoviário de cargas e passageiros, individualizada e por percurso realizado.

No caso da segunda onda de substituição energética do diesel, que deverá ocorrer somente a partir da década de 2040, o incentivo a tecnologias plenamente comerciais neste período que garantam a emissão zero de CO<sub>2</sub> para transporte rodoviário e para equipamentos agrícolas deverá ser o último grupo de medidas que efetivamente levará a redução do consumo de diesel, finalizando o processo de substituição do produto, que será gradual ao longo das décadas seguintes.

Importante reforçar que a preocupação com a capacidade de suprimento e resiliência das fontes de energia que irão substituir o diesel deverá ser um requisito relevante para a implementação destas novas motorizações, evitando a repetição dos riscos existentes atualmente no suprimento de diesel.

A questão da segurança no suprimento energético, tomando o caso do diesel S10 como referência, deve ser analisada com soluções diferentes para cada horizonte de tempo, aplicadas de forma coordenada, e sempre com a visão de criar resiliência no suprimento das fontes de energia. Incorporar este critério no planejamento do suprimento de energia ao longo do tempo, seja para diesel ou futuros substitutos, é essencial para que soluções eficazes e de menor custo para a sociedade sejam escolhidas. ■

**“Importante reforçar que a preocupação com a capacidade de suprimento e resiliência das fontes de energia que irão substituir o diesel deverá ser um requisito relevante para a implementação destas novas motorizações, evitando a repetição dos riscos existentes atualmente no suprimento de diesel”**

## MT 'exportador' de água

Mato Grosso é um dos estados com maior potencial hídrico do Brasil, com nascentes que dão origem aos rios que são os responsáveis por alimentar três Bacias Hidrográficas: Paraguai, Tocantins-Araguaia e Amazônica. Uma delas, a Amazônica, é a maior bacia do mundo e ocupa 65,7% do território estadual. Na data em que se comemora o Dia Mundial da Água, 22 de março, mostramos a importância dos recursos hídricos do estado. "Devemos sempre destacar a importância de Mato Grosso para o Brasil e para o mundo. Somos um grande exportador de água, com três importantes bacias hidrográficas", avalia a secretária



Divulgação

## Setor de tecnologia

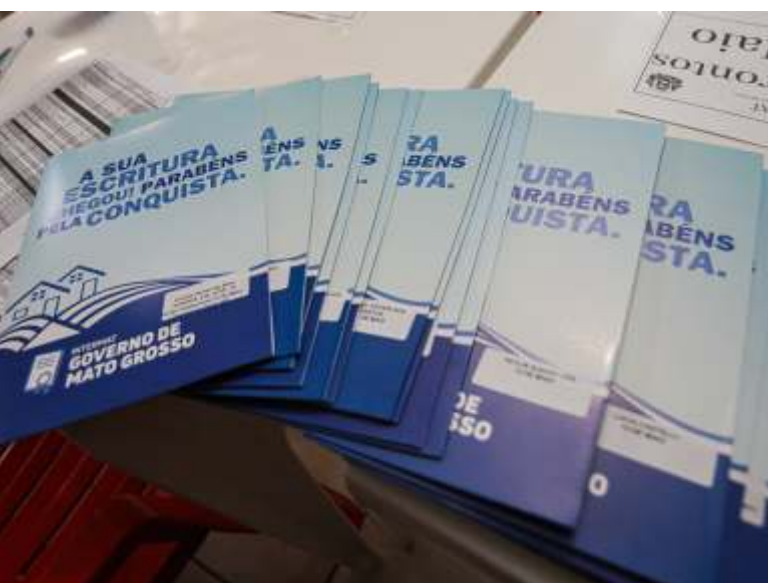
O curso de programador de sistemas ofertado pelo Governo de Mato Grosso, via Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Seciteci), em parceria com a Unemat, atende à demanda por profissionais qualificados no setor de tecnologia, para atuação tanto na administração pública quanto pelo mercado privado. Segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, a projeção é que o setor deve demandar mais de 400 mil vagas até 2025. A avaliação foi feita pelo secretário da pasta, Allan Kardec, durante a aula inaugural realizada no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O evento contou com a presença de 270 alunos.

## Bacias Hidrográficas

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) abriu as inscrições para composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Jauru, Covapé, Médio Teles Pires, Sepotuba e Alto Paraguai Superior. Os Comitês são espaços onde a sociedade discute e delibera sobre o uso da água e proteção dos recursos naturais. Podem participar do processo seletivo representantes do poder público, sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), usuários de água, comunidades indígenas e instituições de ensino e pesquisa públicas ou privadas. O mandato dos selecionados é de quatro anos.



Assessoria



Divulgação

## Títulos em Rondonópolis

O Governo de Mato Grosso, por meio do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), já trabalha na emissão de títulos definitivos do bairro São José I, II e III, no município de Rondonópolis (a 215 km de Cuiabá). “Esses títulos vão trazer dignidade para as famílias de Rondonópolis. A moradia digna é um direito fundamental e o Intermat trabalha em todo o território mato-grossense para garantir esse direito”, afirmou o presidente do Intermat, Francisco Serafim. Assim que a emissão for concluída, os títulos serão encaminhados para registro em cartório e, posteriormente, serão entregues às famílias beneficiadas.

## Infraestrutura em Rondonópolis

O Governo de Mato Grosso realiza uma série de investimentos em infraestrutura no município de Rondonópolis, que fomentam a agricultura, o turismo e o desenvolvimento econômico. Entre convênios, construção de novas rodovias e restaurações, o terceiro maior município de Mato Grosso recebe R\$ 255 milhões em obras realizadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT). Três obras que eram aguardadas há anos pela população do município foram tiradas do papel e, já licitadas e contratadas, começaram a ser executadas em 2023. Com a implantação das MTs 471, 383 e 040, o assentamento Carimã, a Vila Naboreiro e a Comunidade do Miao vão ser interligadas por asfalto.



Divulgação



Assessoria

## Leitos pediátricos

O Governo de Mato Grosso vai disponibilizar 10 leitos de UTI pediátrica no Hospital Regional de Sinop. Além dos leitos intensivos, serão ofertados 15 leitos pediátricos em Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) e cinco leitos de retaguarda infantil no hospital. A previsão é de que sejam investidos cerca de R\$ 22 milhões por ano nesta ampliação. De acordo com o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, a decisão de abertura dos leitos foi tomada em reunião com o governador Mauro Mendes. “Essa decisão teve como base a melhoria da assistência à população da região. Prevíamos abrir leitos para pacientes que demandam por cirurgias eletivas, mas, diante do atual contexto em Sinop, entendemos como mais urgente a oferta de UTI pediátrica no Hospital Regional”, avaliou o gestor.



Assessoria

## Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa já apreciou diversas matérias na atual legislatura. A mais recente reunião da comissão foi conduzida pelo deputado Beto Dois a Um (PSB), acompanhado pelos pares Fábio Tardin (PSB), Valdir Barranco (PT), Thiago Silva (MDB), Cláudio Ferreira (PTB) e Wilson Santos (PSD), que defendeu pessoalmente uma emenda de sua autoria ao PLC 17/2023, de iniciativa do Executivo, cujo objeto é alterar a composição do Conselho Estadual de Educação (CEE). “O projeto do governo não contempla o segmento dos profissionais da educação escolar empregados em instituições públicas e privadas de ensino, questão legítima e condignamente representados, bem como pela Unemat. O que, a nosso sentir, fragiliza, significativamente, a composição plural e democrática do Conselho. Nossa emenda objetiva garantir essas representações, para tornar plena de pluralidade a composição do colegiado”, disse Santos.



Assessoria

## Causas indígenas

Foi instalada Câmara Setorial Temática (CST) para promover levantamentos técnicos, estudos, pesquisas e análises sobre as causas indígenas. O encontro reuniu representantes da Casa Civil do estado, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – coordenação Cuiabá, entre outros membros do grupo de trabalho. Presidente da CST, o deputado licenciado Carlos Avallone (PSDB), destacou que é a segunda vez que uma câmara para discutir esse assunto é criada pela Assembleia Legislativa. “Nós estamos dando continuidade a um trabalho iniciado no mandato passado. A câmara temática [anterior] foi atrapalhada pela pandemia, entregamos o relatório final, avançamos em algumas coisas, mas não deu para aprofundar”, lembrou.

Divulgação



## Frentes parlamentares

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou a criação de duas frentes parlamentares. A primeira, “em defesa dos povos indígenas” e a segunda “em prol da BR 163/364”. “Os indígenas enfrentam problemas de saúde, saneamento, moradia, alimentação e transporte escolar. A frente objetiva ajudar os povos indígenas do estado”, justificou o vice-presidente da CCJR, deputado Dr. Eugênio (PSB), autor do pedido de criação da primeira frente citada. Já a frente parlamentar em prol da BR 163/364 foi requerida pelo deputado Thiago Silva (MDB) e tem como coautores Carlos Avallone (PSDB), Dilmar Dal Bosco (União), Gilberto Cattani (PL), Juca do Guaraná (MDB), Júlio Campos (União), Max Russi (PSB) e Sebastião Rezende (União).



Assessoria

## “Fala Deputado(a)”

Os telespectadores da TVAL - canal 30.1 - têm uma nova opção de programação de jornalismo político. A emissora pública estreia o programa “Fala Deputado (a)”. O programa é comandado pelos jornalistas Cláudio de Oliveira e Narbal Guerreiro. O primeiro entrevistado, inaugurando o novo formato de entrevista, foi o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil). O programa vai ao ar aos sábados em dois horários, 14 e 20 horas. A ideia do programa, segundo o superintendente da TVAL, Jaime Neto, é de levar ao ar um debate plural e de interesse público. “É uma conversa quase informal, com informações rápidas sobre um assunto específico”, disse Neto.



## Colégio de Líderes

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado **Eduardo Botelho** (União Brasil), afirmou que o colégio de líderes vai se reunir com o presidente da Comissão Temporária Externa, deputado Paulo Araújo (PP), na próxima semana, para explicar o que já foi realizado sobre a intervenção do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. Botelho afirmou que a Comissão Temporária já visitou a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá e pontuou que a Comissão Permanente de Saúde tem visitado todas as unidades de saúde. Segundo ele, será apresentado um relatório para que, com isso, os deputados possam apresentar sugestões à interventora do Estado na Saúde de Cuiabá, Danielle Carmona.

## Comissão de Saúde

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa teve a participação de especialistas de clínicas de tratamentos renais em Mato Grosso. Os deputados ouviram a secretária-adjunta do Complexo Regulador da Secretaria de Estado de Saúde, Fabiana Cristina da Silva Bardi. O presidente da Comissão de Saúde, deputado Lúdio Cabral (PT), afirmou que os valores pagos para as clínicas de nefrologia, em relação às demandas dos procedimentos, estão defasados. Hoje, segundo ele, são mais de três mil pacientes atendidos em 11 clínicas, localizadas em oito municípios mato-grossenses. O tratamento é custeado em 100% pelo Ministério da Saúde.



Divulgação

Assessoria



Assessoria

## Juizado Especial Itinerante

O Poder Judiciário de Mato Grosso, por meio do Juizado Especial Itinerante (JEI) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Itinerante (Cejusc), oferece à população que vive em localidades longínquas, com dificuldades de acesso aos serviços da Justiça, um atendimento especializado para que resolvam seus conflitos de forma rápida e eficiente. No mês de abril, o ônibus da JEI/Cejusc estará nas comunidades de Campos de Júlio, pertencente à Comarca de Comodoro, e Vale do São Domingos, da Comarca de Pontes e Lacerda, serão beneficiadas com os atendimentos referentes ao Direito do Consumidor, orientações sociais, avaliação de negativação de nome junto a órgãos de proteção ao crédito, ingresso de ações por danos morais, dentre outros.

**OUÇA AGORA!**

## Explicando Direito

JUIZA  
**MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI**

**RADIO.AL.MT.GOV.BR**  
**RADIOTJ.TJMT.JUS.BR**  
**ESMAGIS.TJMT.JUS.BR**

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE MATO GROSSO

Divulgação

## Proteção animal e ambiental

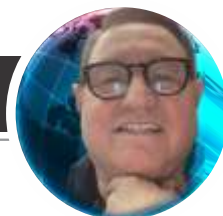
No Brasil, desde 2020, maltratar cães e gatos pode levar à prisão até cinco anos. A “Lei Sansão” - Lei Federal (14.064/2020), a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, casos de abandono e como denunciar crimes contra os animais e a natureza são temas do Podcast Explicando Direito. A entrevistada foi a juíza Milene Aparecida Pereira Beltrami, titular da Terceira Vara Cível de Rondonópolis. Ela também é responsável pelo Juizado Volante Ambiental da Comarca (Juvam), que desenvolve diversas ações na área ambiental. “Antes da Lei Sansão, a pena para maus tratos e morte de animais, era praticamente insignificante. Essa espécie de barbárie contra o animal não tinha uma pena adequada. Hoje, com a Lei Sansão, a pena foi majorada para até cinco anos. Quando se tratar de cães ou gatos, a pena é de reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição de guarda”, explica a magistrada.

## Violência doméstica

O Termo de Cooperação Técnica para formalização da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do município de Nova Mutum foi assinado em solenidade na sede das Promotorias de Justiça da comarca. O documento estabelece o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção, implementação de políticas públicas e enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, bem como de fortalecimento da Lei Maria da Penha e de uma mudança de cultura. A Rede é composta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Poder Judiciário, Poder Executivo Municipal de Nova Mutum, Polícia Civil, Polícia Militar, Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Nova Mutum), Câmara de Vereadores e Faculdade de Nova Mutum (Famutum). O objetivo é garantir os direitos, empoderamento, assistência humanizada e qualificada às mulheres em situação de violência, bem como a responsabilização dos autores do fato.

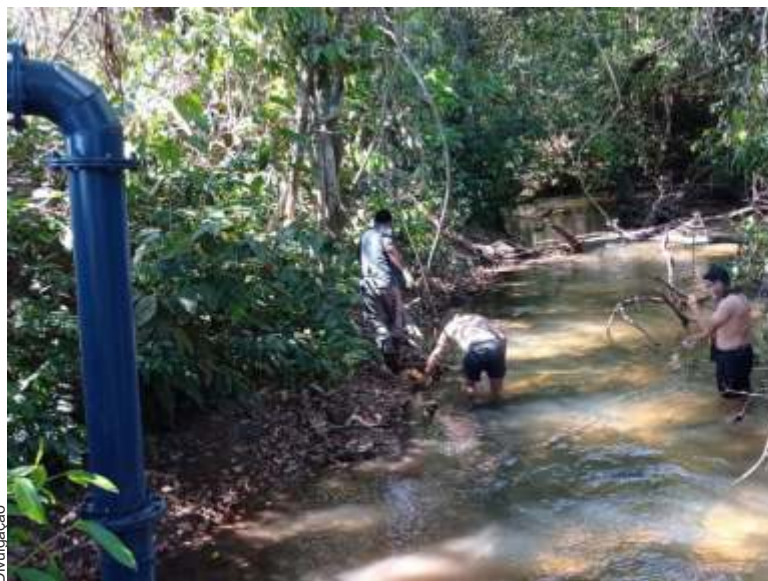
Divulgação





## Criança e do Adolescente

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Mirassol D'Oeste participou da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Realizado no Centro de Convivência do Idoso, o evento teve como tema “Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”. “A Conferência Municipal é ponto essencial na área da infância e juventude, pois nesse momento são discutidos os problemas enfrentados por esse público durante o período pandêmico e pós-pandemia e quais são as medidas a serem adotadas atualmente e no futuro. A Conferência traça o caminho a ser percorrido pelos atores das políticas públicas da infância e juventude do município”, pontuou a promotora de Justiça Tessaline Higuchi.



Divulgação

## Bacia do Rio Cuiabá

Dois projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com recursos oriundos do Banco de Projetos e Entidades (Bapre) do Ministério Público Estadual, devem apresentar até setembro deste ano dados atualizados sobre a disponibilidade hídrica, com planos de utilização sustentável, da Bacia Hidrográfica do Médio e Alto Rio Cuiabá. Além do aspecto quantitativo, os estudos também contemplam análises qualitativas. Os dois projetos foram orçados em aproximadamente R\$ 1,8 milhão.

## Dinâmica indicada pela ONU

“O ‘Círculo de Construção de Paz’ é uma prática inserida na Justiça Restaurativa, com uma metodologia estruturada de facilitação de diálogo, com a intenção de promover a Cultura de Paz, trabalhando na criação de um espaço seguro para discutir problemas difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças.” A dinâmica definida acima foi aplicada à equipe de coordenadores, gerentes e gestores das unidades administrativas da Defensoria Pública de Mato Grosso por dois facilitadores do Tribunal de Justiça (TJMT).



Divulgação

# 'Meu gabinete está de portas abertas para receber demandas sociais e em todas as áreas'

---

Nesta entrevista, a deputada federal Amália Barros fala de suas ações à frente do mandato que dá prosseguimento às suas lutas sociais

---



**Com seu mandato, Amália Barros vem potencializando a sua luta de quase 18 anos em prol das pessoas com visão monocular**



Canal 30.1 | 89,5 fm | [al.mt.gov.br](http://al.mt.gov.br) | FaceALMT | assembleiamt



# A ALMT ME



**ELA É MODERNA, ACOLHEDORA, EFICIENTE,  
TRANSPARENTE, CONSCIENTE. MAS ACIMA DE  
TUDO, ELA É FEITA COM OS MATO-GROSSENSES E  
PARA TODOS QUE VIVEM AQUI.**

**ASSIM É A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: MAIS QUE  
UM GRANDE PRÉDIO NA CAPITAL, É UM ESPAÇO  
ABERTO PARA O ESTADO INTEIRO, ONDE A  
CIDADANIA GANHA VIDA E FORMA, POR MEIO DE  
LEIS ESTADUAIS, FISCALIZAÇÕES, EVENTOS,  
PRESERVAÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA,  
PARTICIPAÇÃO POPULAR E MUITO MAIS.**

[www.almt.gov.br](http://www.almt.gov.br)

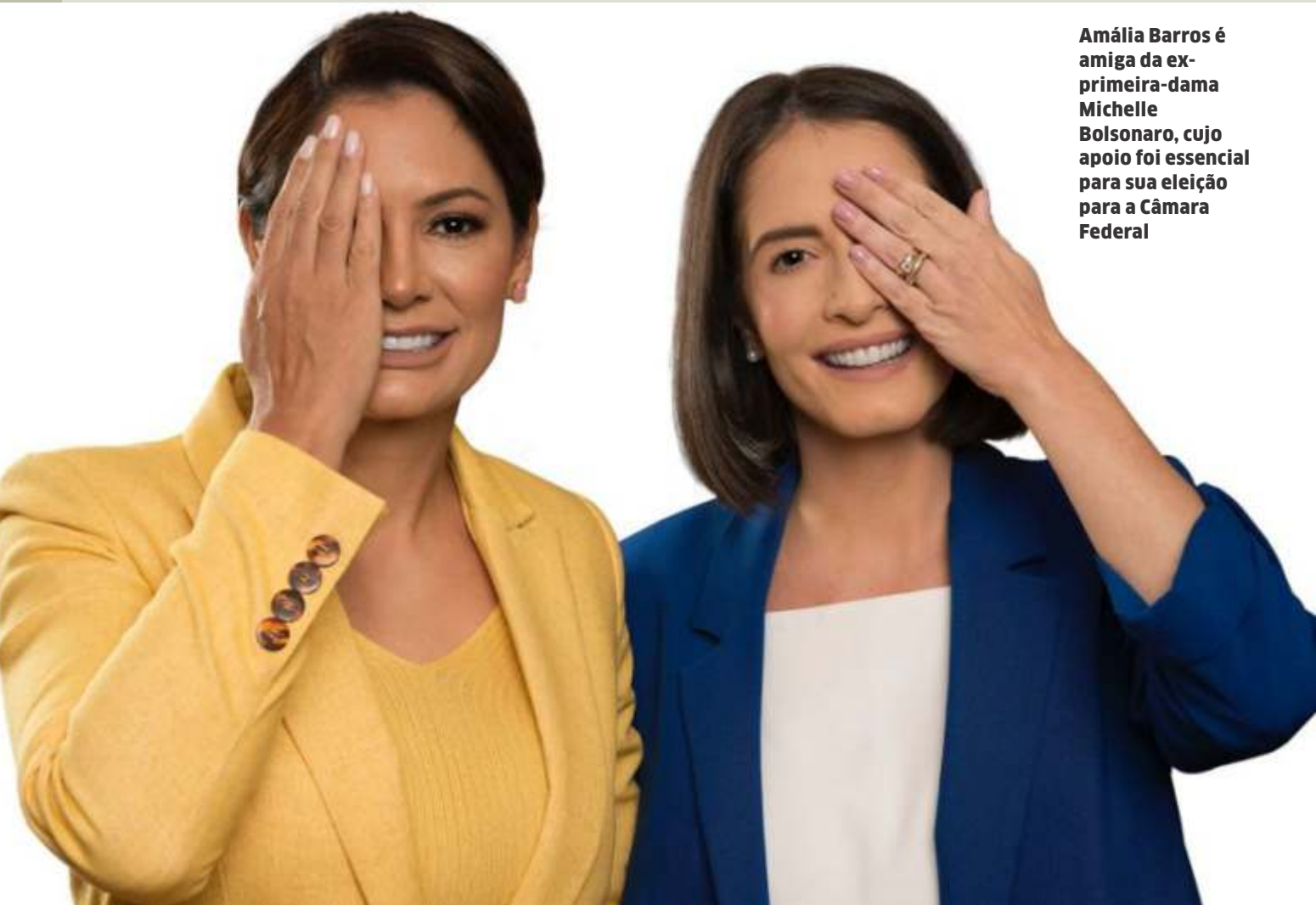


ALMTHEREPRESENTA



**ALMT**  
Assembleia Legislativa

**Amália Barros é amiga da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, cujo apoio foi essencial para sua eleição para a Câmara Federal**



**A** deputada federal Amália Barros (PL) é uma presença feminina forte na Câmara Federal. Com a mesma desenvoltura com a qual abraça a sua causa principal, em defesa das pessoas com deficiência, especialmente aquelas que, como ela, tem visão monocular, ela transita por pautas que vão desde a defesa da infraestrutura, o impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as questões econômicas, como os destinos dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Amália Scudeler de Barros Santos é jornalista, nascida há 38

**“A revelação das reais intenções revanchistas do presidente Lula ao assumir novamente o poder desestabiliza o país, na medida em que mancha de ódio e personaliza as decisões do Chefe de Estado e de Governo, ferindo os princípios básicos de impessoalidade da administração pública e demonstrando um flagrante desvio de função”**

anos em Moji-Mirim (SP). É autora do livro “Se enxerga”, no qual relata sua vida e calvário ao descobrir aos 20 anos uma doença que a fez perder um olho. Não bastasse tal tragédia, também perdeu um rim. Eleita com 70.294 votos, Amália Barros tem como domicílio eleitoral o município de Campo Novo do Parecis.

Com seu mandato, Amália Barros vem potencializando a sua luta de quase 18 anos. “Aos 20 anos, Amália dormiu enxergando e acordou cega do olho esquerdo. O diagnóstico: uveíte causada por toxoplasmose. Durante dez anos foram 12 cirurgias frustradas para tentar enxergar. A solução veio com a enucleação de um globo ocular e a adaptação da prótese.

No meio disso tudo, uma cirurgia para tirar um rim que não se desenvolveu por inteiro”, descreve em seu site, o [www.amaliabarros.com.br](http://www.amaliabarros.com.br).

“Por meio do seu Instagram, Amália realizou várias campanhas de arrecadação para doação de próteses para outras pessoas monolares, após uma participação no programa Encontro, com a apresentadora Fátima Bernardes. Em 2021, a jornalista fundou o Instituto Amália Barros para realização de campanhas de doação de prótese ocular e lente escleral a pessoas carentes, além de prestar informação e assistência aos monolares. O Instituto já atendeu e devolveu a autoestima para mais de 80 pessoas de todas as regiões do Brasil”, prossegue a descrição.

Sua campanha por uma cadeira na Câmara Federal teve o auxílio luxuoso da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, sua amiga e principal cabo eleitoral. Na entrevista que segue ela fala desta amizade, comenta as especulações sobre uma possível candidatura da esposa do ex-presidente ao cargo máximo da República, mas aposta mesmo que Jair Bolsonaro não ficará inelegível e poderá disputar novamente um segundo mandato.

**Deputada, a senhora foi eleita com apoio da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que é sua amiga íntima. A dona Michelle está sendo cogitada para ser candidata a presidente da República, caso Jair Bolsonaro fique impedido. A senhora é a favor da candidatura de Michelle Bolsonaro? Como vê esta possibilidade da candidatura e quais as chances de ela ser eleita?**

Em primeiro lugar não acho que há motivos para o presidente Bolsonaro se tornar inelegível. Em segundo, vejo que Deus sempre conduziu a vida e o caminho da nossa eterna primeira-dama de uma forma muito leve e sem atropelos. E assim deve ser nos próximos dias e anos. Acredito que não há indicações nesse sentido, mas não posso falar por ela. No entan-

to, se essa for a missão de Deus para a Michelle, ela saberá como lidar.

**A propósito, nos fale como surgiu esta amizade entre vocês duas.**

Tudo começou com a minha peregrinação pelo Congresso em busca de aprovarmos uma lei que enquadrasse pessoas com visão monocular – como eu – no mesmo rol das pessoas com deficiência, assegurando a eles os mesmos direitos (como a colocação de próteses pelo SUS, por exemplo). No fim das contas, eu precisava que o presidente Bolsonaro sancionasse a Lei sem vetos, e resolvi falar com a “chefe” da família diretamente.

**“Apesar das questões de fomento e financiamentos para produtores e para a agricultura familiar, que podem ser sempre melhores, é mais do que necessário investirmos pesadamente em infraestrutura logística. Não podemos ser efetivos apenas da porteira pra dentro. Perde-se muita competitividade no caminho até os portos”**

Michelle se mostrou receptiva e se encantou com o projeto, me convidando a visitar o Palácio da Alvorada (eu não tinha nem roupa pra isso!), e posteriormente me ajudando a convencer a todos que precisávamos dessa política pública tão importante.

Acabamos descobrindo, nesse caminho, uma amizade sem igual. Foi uma daquelas maravilhosas coincidências da vida, que chegam ao ponto de fazermos aniversário no mesmo dia (inclusive foi o dia da sanção da Lei). E todo esse relacionamento se estendeu à minha campanha, que

contou com total apoio dela. Hoje posso dizer que somos boas amigas, porque nos apoiamos sempre, e além das questões pessoais existe a defesa de pautas sociais que sustentam laços indissociáveis.

**A senhora assinou recentemente um pedido de impeachment do presidente Lula. Quais as razões para o impedimento do presidente e a senhora acha possível a abertura do processo de impeachment?**

Acreditamos que as declarações dadas por ele, no dia 21 de março, sobre o senador Sérgio Moro (UB-PR) - e aqui não me cabe ser literal no palavrão proferido, que todos já sabem - configuram crime de responsabilidade por ameaça e coação a um representante da nação (membro do Poder Legislativo), além de desvio de função de um presidente da República. No pedido que assinei junto à bancada do PL, é bem clara a argumentação de que isso indicaria revanchismo de Lula contra o senador.

A revelação das reais intenções revanchistas do presidente ao assumir novamente o poder desestabiliza o país, na medida em que mancha de ódio e personaliza as decisões do Chefe de Estado e de Governo, ferindo os princípios básicos de impessoalidade da administração pública e demonstrando um flagrante desvio de função.

**A senhora tem focado sua atuação na Câmara na defesa da infraestrutura de Mato Grosso. Por favor, relate quais foram as suas iniciativas?**

Sabemos que uma das maiores dificuldades que temos em MT é o escoamento da produção agropecuária. Apesar das questões de fomento e financiamentos para produtores e para a agricultura familiar, que podem ser sempre melhores, é mais do que necessário investirmos pesadamente em infraestrutura logística. Não podemos

ser efetivos apenas da porteira pra dentro. Perde-se muita competitividade no caminho até os portos.

Assim sendo, os projetos que tratam de ferrovias (como alternativa ao transporte rodoviário), de rodovias e de hidrovias, estão sendo cuidadosamente mapeados e analisados em meu gabinete para que possamos não só somar esforços com o partido e a bancada, cobrando do ministério dos Transportes agilidade e priorização, mas também estabelecendo, nós mesmos, emendas que possam ser encaminhadas aos órgãos como o DNIT e o próprio Ministério.

Um dos exemplos dessas articulações que temos feito é que, assim que tomei posse, estive em contato constante com o Governo do Estado pela solução dos imensos atoleiros formados na MT-170 (antiga BR 174), que liga Castanheira a Jurueña, pedindo a derradeira pavimentação dos trechos para evitar que caminhões, carros e até mesmo ambulâncias fiquem no meio do caminho.

Já em termos de infraestrutura dos municípios, temos recebido e trabalhado as demandas de várias prefeituras e câmaras de vereadores sobre ampliação do número de creches, hospitais e centros de atendimento psicossocial e às pessoas com deficiência. Temos trabalhado diuturnamente pra isso!

**A senhora tem tido preocupações sociais várias, entre elas a manutenção dos empréstimos consignados a quem recebe BPC. Por favor, descreva sobre esta e outras ações da senhora na área social.**

A decisão do presidente Lula de por fim aos empréstimos consignados a quem recebe os R\$ 1.305 mensais do Benefício de Prestação Continuada (BPC) beira a crueldade. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, fui à tribuna defender a

reativação desses crediários, porque milhões de brasileiros serão prejudicados, pois esta é uma das poucas alternativas de quem mais precisa para aquisição de seus bens. São quase cinco milhões de brasileiros com deficiência ou mais de 65 anos, que estão em situação de miséria, e perdem a oportunidade de pagar contas, financiar casas e até mesmo adquirir eletrodomésticos.

Mas minhas ações sobre assuntos sociais não se limitam à fiscalização, sendo também propositivas. Meu primeiro projeto de Lei apresentado

**“Meu pedido de criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência teve mais de 200 assinaturas. Como sou uma das duas parlamentares com deficiência desta legislatura, me sinto na obrigação de defender todas as causas que resultem em inclusão e respeito às pessoas com deficiência e aqueles com doenças raras”**

prevê que a ANS seja obrigada a colocar em seu rol de coberturas as colocações de próteses oculares. E como membro da Comissão da Câmara em defesa das pessoas com deficiência, também queremos o estabelecimento de políticas fixas importantes, como a instituição de laudos permanentes – muitas vezes as pessoas com deficiência em situação de pobreza sequer tem condições de fazerem vistoria em saúde para renovar seus laudos, e isso não pode acontecer.

**A senhora lutou pela instalação**

**na Câmara da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Fale sobre a importância desta sua iniciativa.**

Inicialmente, cabe destacar que meu pedido de criação da Frente teve mais de 200 assinaturas. Como sou uma das duas parlamentares com deficiência desta legislatura, me sinto na obrigação de defender todas as causas que resultem em inclusão e respeito às pessoas com deficiência e aqueles com doenças raras.

Em breve faremos o evento de lançamento, com a eleição de toda a diretoria do colegiado. Nosso objetivo é acompanhar políticas e ações que se relacionem às pessoas com deficiência; promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema e, claro, propor projetos de Lei e acompanhar a tramitação de matérias, na Câmara e no Senado, que tratem do assunto.

**Outra área de sua atuação na Câmara é um projeto de sua autoria que inclui próteses oculares na cobertura dos planos de saúde. Por favor, fale sobre esta sua iniciativa e agregue sobre seu projeto que inclui a visão monocular como deficiência.**

Como disse anteriormente, esse foi meu primeiro projeto protocolado nesta Casa, e me sinto muito orgulhosa em atuar para que as pessoas sejam atendidas. Quando aprovada, a Lei deve garantir aos usuários de planos de saúde a cobertura de custos clínicos ou cirúrgicos relacionados a implantes, ajustes ou à retirada de próteses oculares e lentes esclerais. O PL também prevê o custeio desses produtos pelas operadoras.

Fiz esse projeto porque não faz sentido somente o SUS ser obrigado a proporcionar esses serviços, produtos, consultas e cirurgias, e as operadoras não terem o mesmo dever, já que um em cada quatro brasileiros utiliza plano de saúde justamente porque observam demora e falhas na rede pública.



Por meio do seu Instagram, Amália realizou várias campanhas de arrecadação para doação de próteses para outras pessoas monolares

Mais ainda, esse projeto beneficia inclusive as próprias operadoras, na medida em que previne outros tratamentos decorrentes de danos causados – física e psicologicamente – pela ausência dessas próteses.

**O mandato da senhora tem sido pautado por uma forte oposição ao atual governo. Por quê?**

Meu mandato tem buscado cumprir o dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo exaustivamente, até porque nosso Estado é, em sua maioria, contrário a esse governo atual.

Também quero adiantar que as pautas sociais fazem meu coração

**“Meu mandato tem buscado cumprir o dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo exaustivamente, até porque nosso Estado é, em sua maioria, contrário a esse governo atual. Meu gabinete está de portas abertas para receber prefeitos, vereadores, membros de associações comerciais e sociais para demandas em todas as áreas”**

bater mais forte, mas que meu gabinete está de portas abertas para receber prefeitos, vereadores, membros de associações comerciais e sociais para demandas em todas as áreas – saúde, educação, segurança pública, empreendedorismo, entre várias outras.

E, agradecendo o espaço cedido por esta revista, quero dizer que temos também um SAE – Serviço de Atendimento ao Eleitor – para responder a cada voto de confiança que me foi dado, e também dar voz àqueles que confiam ou confiarão no meu mandato. O número do nosso Whatsapp é (65) 98148-2222. Muito obrigada! ■

Reoneração permitirá a Petrobras ganhar tempo para definir sua nova regra de preços enquanto mantém a PPI



# Reoneração dos combustíveis, o futuro da PPI e os efeitos sobre a inflação

Medida deve impactar a inflação, mas tende a ser mais que compensada pela melhora da inflação esperada que acompanha o alívio fiscal

**Osmani Pontes**

**D**esde a posse do atual governo havia uma queda de braço velada sobre a recomposição dos tributos federais e estaduais sobre combustíveis. De um lado, a Petrobras e a Casa Civil temendo uma recomposição imediata que aumentasse a inflação e minasse a popularidade do governo, e do outro, o Ministério da Fazenda preci-

sando recompor as receitas, já que o governo anterior cortou os tributos para baixar a inflação e se beneficiar no cenário eleitoral.

Só que essa medida causou perda de arrecadação e não há ajuste fiscal assimétrico, ou seja, é preciso ajustar os gastos, mas também as receitas. Além de estados que perderam recursos para investimentos sociais. Com o

impasse, a Fazenda adotou seu primeiro pacote de medidas que tinha caráter jurídico, buscando aumentar as receitas por meio de cobranças de impostos devidos e pela volta do voto qualificado no CARF, órgão colegiado da Fazenda que tem representantes dos contribuintes devedores e da Receita Federal. Com esse voto, o desempate em disputas jurídicas



**O governo anterior cortou os tributos dos combustíveis para baixar a inflação e se beneficiar no cenário eleitoral**

## **A ideia macroeconômica gerava um dilema: a recomposição aumenta a inflação e tende a fazer o Banco Central aumentar os juros, mas a não melhora da receita piora o fiscal e pressiona a inflação esperada**

favoreceria o governo. Porém, o lobby de empresários fez com que o Congresso pedisse ao Planalto para retirar esse voto, que passou apenas a desempatar, mas isentando o devedor de juros e multas. O pacote falhara em recompor receitas.

Sem uma regra de gastos definida, os holofotes se voltaram novamente para os tributos sobre combustíveis. A ideia macroeconômica gerava um dilema: a recomposição aumenta a inflação e tende a fazer o Banco Central aumentar os juros, mas a não melhora da receita piora o fiscal e pressiona a inflação esperada.

Porém, a primeira percepção se refere a uma alta da inflação corrente e de uma só vez, que deve se refletir no IPCA de março. No médio prazo, a recomposição de tributos, ao melho-

rar a arrecadação, alivia o fiscal e as expectativas de inflação, ou seja, há uma melhora na inflação esperada. E esta é mais importante para o horizonte relevante do Banco Central, que assim tem mais chances de cortar os juros, já que há retirada de prêmios da curva de juros e da taxa de câmbio. Isso pesou no Planalto e a Fazenda conseguiu recompor os tributos de gasolina e diesel, mas sem tanto impacto que teria na inflação.

Isso porque a PPI (Política de Paridade de Importação) continuará sendo seguida até maio e o timing foi correto, pois o preço do brent havia caído quando da decisão de recompor os tributos. Com a taxa de câmbio estável, a política permitiu corte de preço da refinaria para a distribuidora, o que amorteceu a alta de preços

da distribuidora para os postos. O aumento ao consumidor foi menor que o esperado. O adiamento da regra de preços foi positivo porque o mercado leria como uma resposta à reoneração.

A recomposição é a volta à média anterior, antes do corte de tributos, então o alívio fiscal é parcial e o governo segue pressionado para apresentar uma regra de gasto ainda no mês de março, também para gerar menos incerteza sobre a política de preços da Petrobras. A companhia, por sua vez, ganha tempo para elaborar nova política se valendo do preço do brent, que apesar da euforia com a China, não deve subir substancialmente por conta da apreciação do dólar global, num contexto em que o real brasileiro segue mais resiliente, ou seja, a PPI mantida não deve implicar altas na refinaria.

A gasolina teve ajuste de 0,47 reais e o etanol de 0,02, já que gasolina é combustível fóssil e deve ser mais taxado, mas na prática o aumento foi de 0,34 reais da gasolina na bomba por conta da redução do preço pela PPI na refinaria. Essa recomposição será parcial não só na gasolina (alta desejada de 0,69 reais) e etanol (alta desejada de 0,24) como no querosene de aviação (QAV) e GNV, que seguem isentos até o final do ano.

Para compensar isso, a Fazenda impôs um imposto gradual (em 4 meses) sobre exportação de óleo cru, o que agrada ao governo na ideia de incentivar o refino. Porém, complica o plano de investimentos da Petrobras, já que exportação é parte da demanda da empresa que tende a encolher com a tributação. ■



# Desmatamento do Cerrado coloca em risco oferta de água em 15 municípios de Mato Grosso

Cinco bacias hidrográficas na região concentram 74,5% do desmatamento no bioma, ameaçando a produção econômica e a qualidade de vida em mais de dez estados

**Bibiana Alcântara Garrido**

O desmatamento do Cerrado pode reduzir o abastecimento e a qualidade da água em ao menos 373 municípios, se seguir o ritmo atual. Somente em Mato Grosso, são 15 municípios que estão dentro da área das bacias hidrográficas

mais desmatadas do bioma em 2022, na região da fronteira agrícola. Segundo o SAD Cerrado, 74,5% de todo o desmatamento do Cerrado ano passado ocorreu nas bacias dos rios Tocantins (210.804 hectares), São Francisco (116.367 ha), Parnaíba (105.419 ha), Itapecuru (88.049

ha) e Araguaia (78.368 ha).

Além do Mato Grosso, entre os estados do Cerrado com maior número de municípios com ocorrências de desmatamento, estão Goiás (119 municípios), Tocantins (108), Maranhão (65), Minas Gerais (32), Piauí (22) e Bahia (12). No



Fotos: Arquivo

**Além do Mato Grosso, entre os estados do Cerrado com maior ocorrência de desmatamento estão Goiás, Tocantins, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Bahia**

Mato Grosso, os municípios com maiores índices de destruição do bioma foram Araguaiana, Araguainha, Barra do Garças, Cocalinho, General Carneiro, Luciana, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Novo Santo Antônio, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Tesouro e Torixoréu.

A análise de pesquisadores expõe a relação entre desmatamento e segurança hídrica no bioma considerado berço das águas do Brasil. O SAD Cerrado (Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado) é desenvolvido pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) em

parceria com o MapBiomas e com o LAPIG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento) da UFG (Universidade Federal de Goiás).

Com a perda de vegetação nativa, fica comprometida a capacidade natural de absorção e distribuição da água, que chega a “viajar” centenas de quilômetros antes de ser aproveitada para uso humano, seja em consumo próprio, afazeres domésticos, geração de energia, produção industrial ou irrigação, por exemplo. O SAD Cerrado indica que os municípios que mais desmataram dentro da área das bacias foram Balsas (MA), São Desidério

(BA), Correntina (BA), Carolina (MA) e Formosa do Rio Preto (BA).

“Garantir a proteção dos remanescentes de vegetação nativa do Cerrado e, ao mesmo tempo, recuperar áreas próximas a nascentes, rios e bacias, é essencial para a manutenção dos recursos hídricos que temos hoje e para o equilíbrio climático. São diversos e complexos os efeitos que a diminuição na oferta de água teria nos municípios, mas uma coisa é certa: se o desmatamento continuar na velocidade e na extensão em que está, a disponibilidade hídrica será cada vez menor”, explica Fernanda Ribeiro, pesquisadora no IPAM responsável pelo SAD Cerrado.

O Cerrado tem 24 bacias hidrográficas, com nascentes de 8 das 12 principais regiões hidrográficas do país. As cinco bacias mais desmatadas em 2022 são também as que têm os maiores contínuos de vegetação nativa.

Segundo o SAD Cerrado, foram 815.532 hectares desmatados no bioma ano passado. Maranhão teve a maior derrubada no período e Balsas (MA) foi o município que mais desmatou: subiu quase 60% em relação a 2021. Já em 2023, Bahia, Goiás e Minas Gerais tiveram recorde, com altas de 227%, 82,5% e 69%, respectivamente.

Além do desmatamento, monoculturas e atividades agrícolas que não levam em conta o equilíbrio com a sociobiodiversidade acabam causando outros prejuízos para a segurança hídrica, não só de quem vive na cidade, mas de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares no campo, com a seca e o envenenamento de rios. A transformação de áreas de vegetação nativa para pastagem e agricultura já tornou o clima no Cerrado quase 1°C mais quente e 10% mais seco. Nos locais desmatados, a temperatura média anual pode subir até 3,5°C com queda de 44% na evapotranspiração, processo que contribui para a umidade do ar.

“O Cerrado está ficando cada vez mais quente e seco, com menos água disponível. Este cenário acende o alerta para que tipo de planeta queremos habitar no futuro. É como destacou o relatório-síntese do IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, das Nações Unidas], precisamos lidar com a emergência do clima tendo como prioridades a justiça climática e a equidade para o bem-estar humano e da biodiversidade”, conclui Julia Shimbo, pesquisadora no IPAM e coordenadora científica do MapBiomas. ■

**“Garantir a proteção dos remanescentes de vegetação nativa do Cerrado e, ao mesmo tempo, recuperar áreas próximas a nascentes, rios e bacias, é essencial para a manutenção dos recursos hídricos que temos hoje e para o equilíbrio climático”**

# Comissão de Segurança aprova audiência pública para discutir câmeras em fardas

O projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de instalação do equipamento é de autoria do deputado Wilson Santos (PSD), que requereu a audiência pública

Renata Neves

**A** Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou realização de audiência pública no dia 15 de junho para debater o Projeto de Lei 213/2023, de autoria do deputado Wilson Santos (PSD), que prevê a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vigilância no interior de viaturas, aeronaves, embarcações, fardas e/ou capacetes dos policiais militares no estado.

O requerimento solicitando a audiência foi apresentado de forma verbal pelo autor do projeto, durante reunião ordinária da Comissão de Segurança, e aprovado por unanimidade pelos deputados presentes.

O PL determina que os equipamentos possuam “resolução suficiente, ferramenta tipo ‘zoom’ e opção de impressão, com o intuito de identificação dos infratores ou da situação ocorrida, com sensibilidade à luz compatível com a iluminação do local, a fim de permitir a identificação fisionômica de pessoas ou situações presentes no sistema monitorado” e estabelece o prazo máximo de um ano após a publicação da lei para instalação deles.

A proposta institui, ainda, que as imagens gravadas pelas câmeras deverão ser preservadas em nuvem e não poderão ser apagadas e prevê a responsabilização civil, penal e administrativa daqueles que utilizarem de forma irregular os arquivos armazenados pelas câmeras de vigilância e monitoramento, bem como promover seu descarte antes do prazo.

Em trecho da justificativa apresentada junto ao projeto, Wilson Santos destaca a eficiência da medida na redução do nível de violência. “A filmagem e gravação da ação policial é ferramenta utilizada pelas principais polícias mundiais e visa,



## O projeto de câmeras em uniformes de policiais militares é muito polêmico e vem encontrando resistências por parte do comandante da Polícia Militar de Mato Grosso

particularmente, resguardar o policial e comprovar a correta abordagem, preservando a ação e as provas nelas colhidas, prática que já é realidade nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde há pelo menos dois benefícios: redução do nível de violência e apresentação dos fatos reais sem edição”, explica.

O presidente da Comissão de Segurança, deputado Elizeu Nascimento (PL), ressaltou a importância do debate no Parlamento Estadual, mas reforçou ser contrário o projeto de lei, que classificou como “uma aberração”. O deputado Gilberto Cattani (PL) também declarou se opor à proposta.

“Esse projeto vai ter reprovação

automática na Comissão de Constituição e Justiça porque obriga o estado a comprar os equipamentos e a Assembleia não pode propor projeto que crie gastos ao Executivo [...] A busca pelo sensacionalismo, infelizmente, pelo populismo, ele acontece porque o próprio autor do projeto sabe que ele é inconstitucional, mas vamos ao debate, pois aqui é uma casa democrática. Tá tirando os olhos da sociedade de alguns assuntos para se voltarem para esse”, apontou Elizeu.

Devido à aprovação de audiência pública para discutir o tema, Wilson Santos solicitou a retirada de pauta do PL e teve o pedido acatado pelos demais deputados. ■



No começo éramos uma loja pequena e modesta, mas com ideias e sonhos do tamanho do mundo.

Hoje somos referência no mercado e todos os dias desejamos viver no novo, sem esquecer o que nos trouxe até aqui.



ESTA É A NOSSA  
HISTÓRIA, HÁ



CASA  PRADO



Professora e estudantes indígenas da aldeia Três Jacus, na TI Tirecatinga, do povo Nambikwara

# Projeto prevê exclusão de representatividade indígena, negra e sindical do CEE

Seria “extinção da voz dos povos”, diz primeira indígena mestra em Educação no Brasil sobre PLC 17/2023 que reduz por quase a metade o número de representantes no Conselho Estadual de Educação

**Túlio Paniago**

**E**m tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o Projeto de Lei Complementar 17/2023 propõe mudanças na composição e no funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE). O trecho mais polêmico é o que prevê a redução de 24 para 14 conselheiros, excluindo a representação da Educação Escolar Indígena. “O Governo propõe a

extinção da voz dos povos indígenas no cenário estadual”, avalia Darlene YaminaloTaukane, secretária da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint) e primeira mulher indígena a obter o título de mestra em Educação no Brasil.

Além da representação indígena, o projeto também prevê a exclusão de outras categorias populares, no caso

representantes dos Movimentos Sindicais, da Igualdade Racial e da Educação Especial. O CEE é um órgão colegiado que contribui para o desenvolvimento e fiscalização de políticas públicas educacionais de Mato Grosso.

A representação no CEE foi importante para o fortalecimento da educação indígena e decorre de décadas de mobilizações e lutas. Aliás, o Conselho Estadual

Escolar Indígena de Mato Grosso - que indica o conselheiro para o CEE - foi o primeiro do segmento criado no Brasil, em 1995. Nesse sentido, levando em conta o histórico vanguardista do estado, o PLC 17/2023 é apontado como grande retrocesso.

“É importante a representação indígena no CEE porque é um fórum onde se discute todas as demandas de educação escolar para o povo mato-grossense. É através do Conselho Indígena que podemos estar presente nas discussões, apresentar e encaminhar as nossas demandas”, explica Darlene Taukane, que também é coordenadora do Instituto Yukamaniru de Apoio Às Mulheres Indígenas Bakairi.

A Fepoimt, entidade que representa os 43 povos do estado, e a Organização de Mulheres Indígenas de Mato Grosso (Ta-

“Precisamos, democraticamente, discutir as situações dos professores e das escolas indígenas. As demandas são muitas quando se ouve nossas vozes”, ressalta.

Darlene cita conquistas históricas protagonizadas pelos povos indígenas que contaram com a participação do poder público para se concretizarem, como a criação do Conselho Estadual Escolar Indígena de Mato Grosso, da Universidade Intercultural em Barra dos Bugres/MT e de diversos cursos de formação que possibilitaram que o atual quadro de professores nas aldeias seja majoritariamente indígena. “Foi um caminho de luta para termos indígenas em salas de aulas como professores”, relembra.

Diante do fortalecimento do movimento indígena no cenário nacional, Darlene considera lamentável o projeto do governo estadual, que, caso aprovado,



Fotos: Divulgação

**Darlene Yaminalo Taukane foi a primeira indígena mestre em Educação no Brasil**

## **“É importante a representação indígena no CEE porque é um fórum onde se discute todas as demandas de educação escolar para o povo mato-grossense. É através do Conselho Indígena que podemos estar presente nas discussões, apresentar e encaminhar as nossas demandas”**

kiná), encaminharam uma carta ao governador no início deste mês solicitando uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Todavia, diante da ausência de resposta e da possibilidade de avanço da proposta no parlamento, emitiram uma carta de repúdio ao PLC 17/2023.

“O Estado de Mato Grosso está na contramão, pois a educação é um direito que deveria ser prioridade. A realidade vivenciada pelos povos indígenas é de descaso total pela ausência do Estado. A educação indígena escolar [em Mato Grosso] já foi referência para outros estados, mas atualmente vivemos um retrocesso, um desmonte e o desrespeito aos direitos constitucionais dos povos indígenas”, diz trecho da carta de repúdio.

Darlene Taukane lembra de desafios que se arrastam há anos, como a precariedade estrutural de escolas que necessitam de reparos e manutenção e a necessidade de materiais didáticos editados nas respectivas línguas maternas para que haja, de fato, uma educação diferenciada. Também reforça a importância da representatividade e do diálogo neste processo.

pode afetar cerca de 13 mil estudantes indígenas em Mato Grosso. “Desejamos ser ouvidos para que a educação escolar indígena tenha a mesma qualidade e os mesmos direitos de uma educação escolar de não indígenas”, conclui.

### **MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS**

Alguns parlamentares se posicionaram contrários ao projeto, como Valdir Barranco e Lúdio Cabral, ambos do PT. Barranco destacou que o projeto pretende aumentar a participação de membros de instituições privadas no CEE, o que considerava uma contradição. “Nós temos 84% das matrículas na rede pública de ensino contra 16% na rede privada. Não tem como a gente aceitar que a rede privada, que tem infimamente menos estudantes, tenha uma representatividade maior dentro do Conselho”.

Lúdio prometeu apresentar um substitutivo para corrigir o que classificou como uma “distorção”. Segundo o parlamentar, ao propor a exclusão da representatividade indígena e de outros segmentos populares, o PCL 17/2023 reduz a

participação social no órgão. “Todo Conselho é um instrumento de controle sobre as ações e políticas do Estado. Quanto mais representar a diversidade da população relacionada àquele tema, melhor. O projeto coloca o Conselho sob controle do Poder Executivo e dos donos de escolas privadas”.

### **TRAMITAÇÃO DO PROJETO**

O PLC 17/2023 foi encaminhado para a Assembleia Legislativa com dispensa de pauta. Via de regra, qualquer PLC precisa cumprir pauta por 10 sessões antes de ser enviado para alguma comissão. É o tempo estabelecido para que a proposta seja estudada e debatida publicamente pelos parlamentares. Com a dispensa de pauta, o projeto “driblou” esse rito e foi direto para a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Até o momento, o PLC 17/2023 recebeu duas emendas, uma propondo a ampliação das cadeiras para 18 vagas e outra sugerindo um conselho formado por 15 representantes, sendo que a primeira emenda, de autoria da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, prevê duas cadeiras para indígenas, enquanto a segunda emenda, proposta pelo deputado Wilson Santos, não prevê nenhuma. Também foi apresentado um substitutivo, de autoria do deputado Dilmar Dal Bosco (União Brasil), que prevê um Conselho composto por 16 membros, sendo apenas uma cadeira indígena. Ainda não há data prevista para a votação da matéria. ■

# Atualize s dados no

---



Procure a unidade de  
saúde mais próxima  
de você.



Apre  
com  
de re

**Sua atualização só pode ser**

**Atualizar os dados é impor**

**que precisa realizar consu**

# SEUS SUS.

Presente seu documento  
foto e comprovante  
de residência.

**Atividade feita de forma presencial.**

**Importante para localizar você  
para consultas, exames e cirurgias.**



**Governo de  
Mato  
Grosso**



# VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.



**DONA AEDE**

**DIGITAL INFLUENCER**



COLOQUE AREIA  
NOS PRATINHOS  
DAS PLANTAS



ELIMINE FOCOS  
DE ÁGUA PARADA  
E CUBRA PNEUS  
E GARRAFAS



LIMPE CALHAS,  
PISCINAS E  
QUINTAIS



Siga a gente nas redes sociais para ver tudo que a Dona Aede está postando sobre a Dengue.



**Governo de  
Mato  
Grosso**